



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639042 - PR (2021/0004361-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
VANIA MARIA FORLIN - PR011932
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ALDO BARBOZA DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALDO BARBOZA DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Agravado de Execução Penal n. 0048486-97.2020.8.16.0000).

O paciente foi condenado, nos autos n. 0003176-44.2016.8.16.0021, pelo crime de homicídio qualificado à pena total de 22 anos e 6 meses de reclusão a ser cumprida em regime inicial fechado e, nos autos n. 0003132-59.2015.8.16.0021, pelo crime de tráfico de drogas, à pena total de 8 anos e 2 meses de reclusão a ser cumprida em regime inicial fechado.

Foi requerida a progressão de regime, com aplicação da fração de 50% (cinquenta por cento), que foi indeferida, consignando que a fração correta a ser aplicada ao caso seria a de 60% (sessenta por cento) do tempo de pena a ser cumprida.

A impetrante sustenta que "embora o sentenciado seja reincidente, não se trata de reincidente específico, de modo que o percentual aplicável é de 50% (cinquenta por cento) para progressão de regime" (fl. 7).

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para determinar "que o juízo da execução proceda à aplicação da lei penal mais benéfica, retificando-se o cálculo de penas para constar ao percentual de 50% (cinquenta por cento) da pena, para fins de progressão de regime prisional". No mérito, pugna pela confirmação da liminar (fl. 10).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente